

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Sétima Sessão Ordinária
28 de Junho - 2 de Julho de 2005
Sirte, Líbia

EX.CL/191 (VII)

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE A
SITUAÇÃO DE CONFLITOS EM ÁFRICA

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE
A SITUAÇÃO DE CONFLITOS EM ÁFRICA

I. INTRODUÇÃO

1. O presente relatório analisa a evolução das diferentes situações de conflito no continente, assim como os esforços envidados pela UA para contribuir para a sua resolução. De uma maneira geral, a evolução observada desde a Cimeira de Abuja, em Janeiro último, foi marcada por progressos consideráveis na resolução de conflitos aos quais o nosso continente se confronta. É o caso do Burundi e da RDC com o prosseguimento dos processos de transição nestes dois países, apesar dos atrasos registados e das dificuldades encontradas; da Côte d'Ivoire onde o processo de implementação dos Acordos de Linas-Marcoussis e de Acra III entrou sob os carris, graças aos esforços envidados pelo Presidente Thabo Mbeki; da Libéria, onde as eleições devendo marcar o fim da transição deverão ter lugar como previsto em Outubro do ano em curso. Estes progressos são frágeis, razão pela qual há que envidar esforços contínuos para garantir a irreversibilidade dos mesmos.

2. Ao mesmo tempo, mais esforços são necessários para superar a situação crítica persistente no processo de paz entre a Etiópia e a Eritreia, relançar a dinâmica de paz na Somália, sob pena de ver os resultados da Conferência de Reconciliação conduzida sob a égide da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD), postos em causa; concluir o processo de negociação na região sudanesa de Darfur, melhorar a segurança e lutar contra a impunidade. Em todas estas situações, espera-se que a União Africana desempenhe um papel de primeiro plano.

3. O período em análise foi caracterizado pelo surgimento de uma situação de crise no Togo, após a morte, a 5 de Fevereiro de 2005, do General Gnassingbé Eyadema. É imperioso ajudar as partes togolesas a ultrapassarem a actual tensão no seu país e a engajarem-se na via do diálogo para aprofundar o processo democrático no seu país. De uma maneira geral, a crise togolesa realçou a necessidade de rever a Declaração de Lomé, para reforçar as disposições, mas também a urgência com a qual a UA deve criar uma estratégia apropriada para fazer face às tensões pré e pós-eleitorais que vários países africanos vivem, para evitar que elas não degenerem em conflitos abertos.

II. ESTADO DAS SITUAÇÕES DE CONFLITO

i) Comores

4. Durante o período em análise, a Comissão continuou a acompanhar a situação nas Comores, nomeadamente a evolução do processo de reconciliação no Arquipélago. A este respeito, convém realçar que progressos significativos foram registados na implementação do Acordo de 20 de Dezembro de 2003, sobre as disposições de transição nas Comores, com a criação e o funcionamento das novas instituições políticas, administrativas e económicas, tanto a nível da

União como a nível das Ilhas, incluindo a instalação de Assembleias e Governos das Ilhas e da União, assim como do Tribunal Constitucional.

5. Apesar dos progressos registados, o processo continuou a fazer face a algumas dificuldades durante o período em análise. Estas dificuldades estão ligadas à insuficiência de diálogo e de cooperação entre os executivos da União e das Ilhas, assim como entre o Executivo e a Assembleia da União; a partilha de competências entre a União e as Ilhas; ao atraso na adopção, a promulgação e a implementação das principais leis necessárias para a conclusão do processo, assim como a falta de recursos humanos e materiais. Por outro lado, há que realçar que no plano militar e de segurança, vários problemas levantam-se sobre a formação de uma força armada única, os estatutos e a estrutura das forças de segurança interna das Ilhas autónomas e o desdobramento da força armada da União em todo o território nacional. A situação continuou igualmente preocupante no plano sócio-económico.

6. Para ajudar as partes comorianas a ultrapassar estas dificuldades, enviei ao Arquipélago de 18 a 20 de Janeiro de 2005, uma missão de avaliação do processo. Em seguida, o meu Enviado Especial nas Comores, Francisco Madeira, deslocou-se pessoalmente de 21 a 28 de Março de 2005 ao Arquipélago. A esta missão seguiu-se a visita de uma delegação ministerial dos países da região e da Troika da UA nas Comores, de 6 a 7 de Maio de 2005. Nesta ocasião, o Comité Ministerial reuniu-se para avaliar os progressos realizados no processo de reconciliação.

7. O Comité notou com satisfação os progressos realizados na implementação dos Acordos de Fomboni e de Beit Salam e encorajou as autoridades da União e das Ilhas a fazerem prova de uma maior vontade política e de determinação, para consolidar o processo de reconciliação nacional, conforme a carta e o respeito do Acordo-Quadro de Fomboni sobre a reconciliação nas Comores e do Acordo de 20 de Dezembro de 2003, sobre as disposições de transição nas Comores. Ao mesmo tempo, o Comité sublinhou a necessidade para todas as instituições comorianas respeitarem e facilitarem o exercício por cada uma delas de todos os seus poderes conforme a constituição e as leis do país. O Comité encorajou os Chefes das instituições da União e da Ilha nos seus esforços visando encontrar soluções para os problemas, particularmente os relativos à partilha de poder, a través do diálogo e de consultas regulares. O Comité lançou igualmente um apelo para a adopção, promulgação e implementação rápida de todas as leis necessárias para o sucesso da conclusão do processo de reconciliação. Frisou igualmente que um prosseguimento apoiado do processo de reconciliação encorajará a comunidade internacional a dar o seu apoio e a sua assistência sócio-económica. O Comité exortou as instituições comorianas a acelerarem o processo, visando a realização de eleições previstas, conforme a carta e o espírito da Constituição. O Comité tomou igualmente nota do engajamento feito por todas as partes, de respeitar as disposições da Constituição relativas à presidência rotativa da União entre as Ilhas e a necessidade de preparar eleições fiáveis.

8. O Comité reiterou o seu engajamento de continuar a apoiar o povo e as instituições da União das Comores nos seus esforços visando concluir a

reconciliação nacional. A este respeito, o Comité criou um grupo de apoio constituído por peritos africanos em procedimentos parlamentares, constitucionais, financeiros, e em questões militares e de segurança para apoiar as instituições comorianas a ultrapassar os problemas existentes, particularmente os relativos à partilha do poder.

9. O Comité lançou um apelo aos Estados Membros da UA e à comunidade internacional no sentido de continuarem a prestar toda a assistência necessária às instituições comorianas. O Comité exortou, igualmente, às instituições financeiras internacionais a analisarem favoravelmente a difícil situação sócio-económica que prevalece nas Comores e a demonstração de uma maior compreensão. O Comité comprometeu-se em redobrar os esforços da UA para a realização, nas Ilhas Maurícias, da Mesa Redonda de Doadores para as Comores.

10. No momento da finalização do presente relatório, a Comissão trabalhou sobre o acompanhamento das decisões do Comité Ministerial. Queria, ao mesmo tempo, sublinhar que a assistência da UA e do resto da comunidade internacional apenas surtirá os efeitos desejados se as partes comorianas demonstrarem vontade política e sentido de compromisso. A este respeito, convém realçar a evolução encorajadora registada nas relações entre a União e as Ilhas autónomas desde a reunião ministerial de Maio de 2005.

ii) Somália

11. Durante a Sessão de Abuja, informei o Conselho sobre a situação da Somália. Eu realcei os avanços alcançados no processo de paz, em particular a eleição do Parlamento Federal de Transição (TFP) e a eleição do Senhor Abdullahi Yusuf Ahmed como Presidente do Governo Federal de Transição (TFG) em Outubro passado. Na altura, realcei também as dificuldades enfrentadas pelo TFG bem como outras Instituições Federais de Transição (TFIs), em relação a sua transferência do Quénia para a Somália.

12. Durante o período em revista, fez-se um progresso visível em relação ao estabelecimento físico das TFIs. Este processo, foi lançado em Nairobi, Quénia, a 13 de Junho de 2005, com a partida do Presidente Adullahi Yusuf Ahmed, subsequentemente seguida pelo regresso das restantes TFIs para a Somália. O processo de transferência está a decorrer normalmente apesar da persistência de pontos de divergência no seio das TFIs, vis-a-vis os assuntos políticos e militares críticos que a Somália enfrenta, particularmente no que diz respeito à transferência das TFIs directamente para Mogadiscio ou outras cidades provisórias, devido a razões de segurança, bem como a composição de das tropas a serem instaladas no país. Além disso, a falta de financiamento para cobrir os custos operacionais das TFIs transferidas continua a ser um obstáculo com que essas instituições se debatem.

13. O Conselho estaria recordado de que o Presidente do TFG dirigiu-se ao Conselho de Paz e Segurança (CPS), no dia 25 de Outubro de 2004, pedindo a UA para apoiar o seu governo através de instalação de uma força de manutenção de paz de 15 a 20 mil homens na Somália. O CPS solicitou à Comissão para

analisar o pedido e fazer recomendações a esse respeito. À luz deste pedido, a Comissão realizou reuniões de peritos militares nos dias 4 e 5 de Novembro de 2004, em Adis Abeba, e subsequentemente, de 15 a 16 de Dezembro de 2004, em Nairobi, a fim de explorar formas e meios que pudessem ajudar a estabilizar a situação de segurança na Somália, bem como apoiar o restabelecimento e pós-restabelecimento das Instituições Federais de Transição (TFIs). A 22ª reunião do CPS, realizada a 5 de Dezembro de 2005 e que considerou os resultados da reunião de peritos de Nairobi, em particular, aceitou em princípio a instalação de uma Missão de Apoio de Paz da UA (AU-PSM), na Somália. A reunião solicitou ainda a Comissão a apresentar recomendações sobre o mandato, tamanho, a estrutura, as tarefas e os requisitos financeiros para essa Missão.

14. O Conselho estaria ainda a recordar, a reunião dos Chefes de Estado e de Governo da IGAD realizada à margem da 4ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana, em Abuja, a 30 e 31 de Janeiro de 2005. Os Chefes de Estado e de Governo da IGAD discutiram o processo de paz na Somália, no que diz respeito ao atraso da transferência do TFG do Quênia para a Somália, e dos problemas concomitantes. Eles emitiram um Comunicado expressando o compromisso de Djibouti, Etiópia, Quênia, Sudão e Uganda, de fornecer tropas e/ou equipamento para a instalação de uma Missão de Apoio de Paz, com vista a proporcionar segurança ao TFG na Somália, e garantir a sua transferência para a Somália, bem como a manutenção dos resultados do Processo de Paz da IGAD.

15. Subsequentemente, a Conferência adoptou a Decisão na qual saudou o Comunicado de Abuja dos Chefes de Estado e de Governo e, pediu que o CPS mandatasse a IGAD a proceder a instalação de uma Missão de Apoio de Paz, dependendo do estabelecimento da preconizada Missão de Apoio de Paz da UA; a Conferência solicitou ainda à Comissão a dar o apoio e a assistência necessários, para o efeito. Foi nesta perspectiva, que se realizou a 24ª Reunião do CPS, a 7 de Fevereiro de 2005, que adoptou uma Decisão na qual autorizava, *inter-alia*, a IGAD a instalar uma Missão de Apoio de Paz na Somália, visando dar apoio de segurança ao TFG e garantir a sua transferência para a Somália, bem como a manutenção dos resultados do processo de paz. Mandatou também que providenciasse assistência para o estabelecimento da paz e segurança, incluindo a formação da polícia e do exército.

16. Na sequência do pedido do CPS, e tomando em conta as decisões acima referidas, a Comissão enviou uma Missão de Reconhecimento para a Somália de 14 a 26 de Fevereiro de 2005. A Missão era composta por peritos militares e representantes da Comissão, que lideravam essa Missão, o Secretariado da IGAD, a Liga dos Estados Árabes e alguns dos Estados Membros da IGAD, nomeadamente a Etiópia cujo representante participou somente nas deliberações referentes ao período antes da partida em Nairobi, Quênia e Uganda, bem como o TFG. Os Estados Membros da IGAD, o Djibouti, a Eritreia e o Sudão foram convidados pela Comissão a enviarem representantes para participarem na Missão de Reconhecimento, porém não enviaram nenhum representante em tempo oportuno para poderem partir com a Missão. Além disso, a União Europeia, as Nações Unidas, a Itália e a Suécia foram convidados a enviar os seus representantes para a Missão, não o puderam fazer em última instância, sob pretexto de não haver condições de segurança para os seus representantes.

Apesar dos constrangimentos surgidos da situação de insegurança na capital e outras áreas do país, a Missão realizou o seu mandato com sucesso.

17. A 29^a Reunião do CPS realizou-se a 12 de Maio de 2005, a fim de considerar o meu Relatório sobre os resultados da Missão de Reconhecimento e das reuniões de Planificação Militar da IGAD, realizada de 7 a 14 de Março de 2005 em Entebe, Uganda, para elaborar o plano de instalação da Força de Manutenção de Paz da IGAD, bem como as deliberações da 24^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros do IGAD, que teve lugar em Nairobi, de 17 a 18 de Março de 2005, que considerou o Plano da Instalação da Missão de Apoio de Paz da IGAD na Somália (IGASOM), dentre outras questões. Na sua alocução à reunião, o Primeiro-Ministro do TFG apelou para a UA, IGAD, e a vasta comunidade internacional dessem o seu máximo apoio, a fim de ajudar a estabilizar a situação de segurança no seu país, e facilitar a instalação das TFIs, que houvesse uma rápida instalação da Missão de Apoio na Somália. Na mesma altura, anunciou a adopção do TPF a 11 de Maio de 2005, de uma lei sobre o assunto da transferência da TFG e de outras TFIs, bem como o estabelecimento da IGASOM; apelou ainda a UA para que libere o processo da procura de isenção do Conselho de Segurança das NU sobre o embargo de armas impostas contra a Somália, a fim de permitir a operacionalização de apoio de paz da IGAD e da UA.

18. O CPS tomou nota, dentre outros aspectos, dos esforços empreendidos pelo TFG, outras TFIs e as partes somalis envolvidas na resolução dos problemas com que a reconciliação nacional se debate, incluindo iniciativas tomadas por alguns líderes somalis para melhorar a situação de segurança na capital no âmbito do Plano de Segurança e Estabilidade em Mogadíscio (MSSP). O Conselho autorizou o estabelecimento da Primeira Fase da IGASOM, composto por dois batalhões, provenientes do Sudão e Uganda respectivamente, conforme acordado pela 24^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da IGAD, pressupondo-se que a UA teria lugar mais tarde. Neste contexto, a 25^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da IGAD, que se realizou em Nairobi, a 12 de Junho de 2005, recebeu a confirmação de que as tropas da IGASOM, do Sudão e do Uganda, estavam prontas para serem instaladas, logo que os fundos fossem disponibilizados e fosse levantado o embargo de armas para o contingente.

19. Gostaria de informar o Conselho que estão em curso esforços no seio da Comissão, com vista a operacionalizar a Missão de Avanço da UA em Nairobi que irá preparar o estabelecimento da IGASOM pela UA, em finais da primeira fase. Estão também em curso, de acordo com a solicitação e com base na colaboração existente entre a Comissão e o Secretariado da IGAD, para mobilizar fundos de operacionalização e manutenção da IGASOM. Neste contexto, foi enviada uma comunicação a União Europeia, solicitando fundos para o estabelecimento da IGASOM. Escrevi também ao Secretário Geral das NU para prestar assistência aos esforços visando obter a isenção solicitada sobre o embargo de armas.

20. Em relação ao assunto, enviei uma Missão de Avaliação da situação à Somalilândia, de 30 de Abril a 4 de Maio de 2005, a fim de realizar consultas junto das autoridades da auto-declarada República Independente sobre um vasto leque de assuntos relativos à pacificação global da Somália. A Missão reuniu-se

com o Presidente da Somalilândia, que afirmou que o seu país não regressaria a agora defunta união com a Somália. Neste âmbito, ele declarou que a união fracassou em alcançar os seus objectivos e funcionou mal, daí que se cria o enorme sofrimento no seio do povo da Somalilândia. Notou ainda que o regime de Siad Bare e o seu exército brutalizaram o povo e cometeram enormes atrocidades na Somalilândia. Apelou que a Somalilândia fosse reconhecida como um país independente e soberano, dentro das fronteiras coloniais que existiam em 26 de Junho de 1960, quando o território ascendeu à independência da Grã Bretanha. A Missão visitou também algumas cidades na Somalilândia, a fim de auscultar e recolher opiniões das populações.

iii) Processo de Paz entre a Etiópia e a Eritreia

21. Na sua última Sessão, informei o Conselho sobre o Processo de Paz Etiópia-Eritreia. Em particular, realcei a falta de progressos neste processo devido a abordagens divergentes das duas partes, em relação a implementação da decisão da Comissão de Delimitação da Fronteira Etiópia-Eritreia (EEBC). Também realcei a nova dimensão resultante do processo de paz da proposta de paz da Etiópia de 5 pontos, conforme anunciado em 25 de Novembro de 2004.

22. Durante o período em revista, o processo de paz permaneceu deficiente devido às posições opostas das duas partes. A Eritreia, insiste na aderência à decisão da delimitação de Abril de 2002. Por sua vez, a Etiópia apela para um prévio diálogo para resolver as "anomalias e impracticabilidade da Decisão da Delimitação de Fronteiras". Com efeito, a demarcação entre a Etiópia e a Eritreia, conforme foi determinado pela EEBC, não teve lugar.

23. Apesar da falta de avanço no processo de paz, a situação na Zona Temporária de Segurança (TSZ), continua calma e estável. Contudo, tem havido certos sinais de distúrbios num e noutro ponto da zona:

- restrições contínuas da movimentação dos membros da Manutenção de Paz, embora até certo ponto, a situação tenha melhorado nas áreas adjacentes à TSZ;
- incidentes de tiroteios, resultando em casualidades e mortes;
- milícias carregando armas e munições que não deviam fazer dentro da zona da TSZ;
- falta de apresentação de bilhetes de identidade por parte das milícias, levando a suspeitas, acusações e contra-acusações por ambas as partes;
- movimentação de grandes números de milícias dentro da TSZ, sem uma prévia notificação; e
- aumento de tropas ao Sul da TSZ.

24. A 24 de Fevereiro de 2005, a EEBC produziu o seu 16º Relatório, dando detalhes sobre os principais factores que contribuíram para a sua incapacidade de concluir o seu mandato, conforme previsto nos Acordos de Argel. No relatório, a EEBC indicou que, *"apesar dos seus esforços para garantir o reinício do processo de demarcação, não tem sido capaz de o fazer"*. Explicando as dificuldades, a Comissão citou, dentre outros problemas, o caso da reunião agendada para 22 de Fevereiro em Londres, para a qual, as duas partes foram convidadas. A Eritreia "aceitou o convite", mas "a Etiópia declinou o mesmo, dizendo que a reunião era prematura, improdutiva e teria um impacto adverso sobre o processo de demarcação". Devido às dificuldades, a Comissão decidiu encerrar os seus Escritórios no Terreno", em ambos os países, dizendo que os mesmos poderiam ser "reactivados se a Etiópia abandonasse a sua presente insistência sobre as pré-condições para a implementação da demarcação". Foi também, opinião da Comissão que "a linha fronteiriça era legal e finalmente determinada pela sua Decisão sobre a Delimitação...", e que qualquer " conduta inconsistente com esta linha era ilegal.

25. A Etiópia respondeu ao Relatório da EEBC, primeiro, apontando, qualificou de declarações e conclusões incorrectas no Relatório da EEBC, particularmente no que diz respeito à firmação da Comissão, segundo a qual a Etiópia rejeitou o diálogo; a definição da Comissão da Delimitação e da Demarcação, que não é consistente com a prática internacional, bem como com o próprio reconhecimento da Comissão da necessidade de variar a linha de delimitação em duas áreas, no sector central, onde a estrita aplicação da linha conforme delimitado, seria manifestamente impracticado e a aceitação da Etiópia ao princípio da Decisão de Delimitação. A Etiópia recordou que a própria decisão da Comissão sobre a delimitação tornou claro que a localização da fronteira delimitada não seria conhecida até após a demarcação; em acréscimo, a decisão da Comissão afirma que as coordenadas não são definitivas e deve ser recolhida mais informação antes que sejam conhecidas as coordenadas definitivas. Mais genericamente, a Etiópia reafirmou o seu compromisso de alcançar " uma paz sustentável com a Eritreia, combinando a demarcação da fronteira com a normalização das relações".

26. Em 14 de Março de 2005, devido ao bloqueio no processo de paz e alguns incidentes na TSZ e na sequência de consultas com alguns parceiros da UA, eu enviei uma carta ao Presidente da União, exprimindo a minha preocupação sobre o estado das relações entre a Etiópia e a Eritreia. Propus a realização de uma reunião das testemunhas do Acordo de Argel que iriam considerar medidas concretas a serem aplicadas com visto a desbloquear o processo de paz. Na altura da conclusão deste relatório, a Comissão estava a considerar as modalidades da convocação da tal reunião.

27. Além disso, em 14 de Março de 2005, o Conselho de Segurança das NU adoptou a Resolução 1586 (2005), na qual estendia, *inter-alia*, o mandato da UNMEE até 15 de Setembro de 2005; apelou a ambas as partes para se absterem do aumento de tropas nas áreas adjacentes da TSZ e, de qualquer ameaça do uso de força uma contra a outra; sublinhou a responsabilidade primária da Etiópia e da Eritreia para a implementação dos Acordos de Argel e da

Decisão da EEBC, e apelou a ambas as partes a mostrar sinais de avanço para o alcance da normalização das suas relações através do diálogo da política para a adopção de medidas para a criação da confiança, bem como consolidar os progressos alcançados até então, fazendo o uso do quadro existente da Comissão de Fronteiras. O Conselho reiterou também o seu apelo às partes no sentido de cooperar plena e prontamente com a Comissão de Fronteiras, bem como criar as condições necessárias para que a demarcação possa decorrer rapidamente. Apelou a Etiópia sem pré-condições a iniciar a implementação da demarcação dando os passos necessários que permitam a Comissão realizar o seu trabalho de demarcação.

28. Durante o período em revista, a Missão das Nações Unidas para a Etiópia e Eritreia (UNMEE), continuou a desempenhar o seu papel na TSZ, apesar da redução de reforço, na sequência da Resolução 1560 (2004), de 14 de Setembro de 2004 do Conselho de Segurança, que apelava para um ajustamento no sentido da redução da Missão e integração das operações. Na mesma linha, a Missão de Ligação da UA na Etiópia e na Eritreia (OLMEE), continua a realizar as suas tarefas de monitorização na zona. Eu gostaria de apelar às partes para que continuem a envidar esforços e a trabalharem de forma cooperativa com a comunidade internacional para a resolução do problema fronteiriço.

iv) Sudão

a) Sul do Sudão

29. O processo de paz no Sudão, liderado pela IGAD, foi concluído com sucesso em 9 de Janeiro de 2005, quando o Governo do Sudão e o Movimento/Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLM/A), assinaram um Acordo Geral de Paz (AGP), estabelecendo assim, bases para o fim do longo conflito mais longo de África. De acordo com a sua reunião de Liberville, em Janeiro de 2005, o CPS saudou o AGP e exprimiu a sua convicção de que o acordo oferece um quadro sobre o qual as outras questões contenciosas do Sudão, incluindo o conflito de Darfur, poderiam ser resolvidas. A 4ª Sessão Ordinária da Conferência saudou também a assinatura do AGP e felicitou as partes sudanesas pelo marco histórico alcançado.

30. O AGP está a ser implementado pelas duas partes. A primeira fase compreende o período pré-interino de seis meses que começou no dia da assinatura do acordo. Este período será seguido por um outro a começar de Julho de 2005, com a extensão por um período de 6 anos, no fim do qual haverá um Referendum para decidir sobre o futuro do Sul do Sudão. Gostaria de recordar que o AGP oferece base para o estabelecimento de certas instituições e mecanismos tais como a Constituição Nacional Interina (CNI), a Comissão de Levantamento e Avaliação (CLA) e a Comissão Militar Conjunta de Cessar-fogo (CMCC).

31. Uma das questões mais importantes no âmbito do quadro do AGP, é a formação da Comissão Nacional para a Revisão da Constituição (NCRC) durante o período pré-interino. Espera-se que a NCRC organize e conclua um processo inclusivo da revisão da constituição. Este processo está em curso, não obstante

alguns partidos políticos terem-se queixado da falta de inclusividade. O objectivo principal da NCRC é de preparar o projecto de texto para a CNI, que serviria de base para a formação do Governo de Unidade Nacional entre o Governo do Sudão, o SPLM/A e outros partidos políticos sudaneses. Espera-se que a NCRC, que já concluiu a maior parte das suas tarefas, apresente um projecto completo da INC para ser ratificado pela Assembleia Nacional do Sudão e pelo Conselho Nacional de Libertação do SPLM (SPLM-NLC), a 9 de Julho de 2005.

32. Uma vez ratificada a CNI, o Marechal do Campo Omar Hassan Al Bashir e o Dr. John Garang, serão investidos como Presidente e Primeiro Vice-Presidente do Sudão, respectivamente. A partir de 9 de Julho, os líderes terão um mês para formar um Governo de Unidade Nacional, que irá começar os seus trabalhos a 9 de Agosto de 2005. Haverá também consultas entre o Presidente, o Primeiro Vice-Presidente e os outros partidos políticos sudaneses sobre o Governo que responderá pelo Sul do Sudão.

33. Igualmente importante é a AEC no âmbito do CPA. A AEC terá a grande responsabilidade de monitorar a implementação do AGP e realizar a avaliação de meio termo, que é crucial, do processo da unidade. Esta instituição será estabelecida após a adopção da CNI.

34. A Comissão Militar Conjunta de Cessar-fogo (CJMC), um instrumento essencial concebido pelas partes para monitorar o acordo de cessar-fogo, também já foi constituída, em Juba, conforme estipula o Acordo Geral de Paz. O CJMC, que é um órgão militar de tomada de decisões, e inclui representantes das Nações Unidas, responde perante a Comissão Política de Cessar-fogo (CPC). Este órgão inclui representantes políticos séniores de ambas as partes, bem como de oficiais superiores das Forças Armadas do Sudão e do SPLM/A e responde perante a Presidência.

35. Em cumprimento do AGP, o SPLM já estabeleceu os seus escritórios em Kartum, a fim de assumir responsabilidades como parte do Governo de Unidade Nacional do Sudão. Neste contexto, espera-se que o Presidente do SPLM/A se transfira pra Kartum na primeira semana de Julho de 2005. Além disso, a liderança do SPLM/A possui um programa em curso que envolve o envio dos seus membros a vários países para serem formados em assuntos de boa governação e diplomacia, como parte de uma estratégia visando transformar o SPLM/A num partido político efectivo capaz de realizar as suas tarefas nacionais do governo durante o período interino.

36. A 24 de Março de 2005, e em apoio à implementação do AGP, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da Resolução 1590 (2005), decidiu estabelecer a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) por um período inicial de seis (6) meses; decidiu ainda que a UNMIS deve ser constituído por um número até 10.000 tropas e uma componente civil adequada, incluindo um máximo de 715 polícias civis. Neste momento, decorrer o estabelecimento da UNMIS neste país.

37. O Conselho recordar-se-á que, na sua sessão de Maputo, estabeleceu um Comité Ministerial sobre a Reconstrução Pós-conflito no Sudão presidido pela

África do Sul, com vista a apoiar os esforços de reconstrução no país. O Comité desenvolveu uma série de iniciativas desde a sua inepção, que incluem, dentre outras, a convocação de um workshop na cidade do Cabo, África do Sul, a 18 de Fevereiro de 2005.

38. O workshop da cidade do Cabo traçou uma estratégia da intervenção da UA no processo de reconstrução pós-conflito, concentrando-se nas suas dimensões política, humanitária, social e económica. Neste contexto, deve-se recordar que, em Junho de 2004, a Comissão e a República da África do Sul enviaram uma equipa técnica ao Sudão, a fim de identificar as necessidades do país. Consequentemente, foram enviadas comunicações aos Estados Membros a fim de identificarem as áreas onde melhor poderiam prestar assistência ao Sudão. Responderam até ao presente momento os seguintes países: Argélia, Egipto, Quénia, Nigéria e África do Sul. Com base nas comunicações recebidas dos Estados Membros, o Comité desenvolveu uma "Matriz de Implementação" com vista a implementar os projectos de reconstrução no Sudão. As contribuições feitas pelos Estados Membros serão coordenadas com as da vasta comunidade internacional. Neste âmbito, deu-se ênfase particular sobre a necessidade de uma estreita cooperação com o processo da Missão Conjunta de Avaliação/Equipa Nacional Conjunta de Transição (JAM/JNTT). Este processo compreende as Nações Unidas, o Banco Mundial, o Governo do Sudão e o SPLM/A.

39. Subsequentemente, o Comité viajou para o Sudão de 22 a 26 de Março de 2005, tendo-se reunido com o Presidente Omar Hassan Al Bashir, Primeiro Vice-Presidente, Ali Osman Taha e o Presidente do SPLM/A Johan Garang para discutir as necessidades do Sudão pós-conflito.

40. De 11 a 12 de Abril de 2005 realizou-se, em Oslo, uma Conferência Internacional de Doadores sobre o Sudão. O Comité sobre a Reconstrução Pós-conflito participou na Conferência em nome da UA, que primeiramente tinha como objectivo solicitar o apoio financeiro internacional para a reconstrução do Sudão. Um órgão conjunto GdS/SPLM/A e a Equipa Nacional Conjunta para a Transição (JNTT) apresentaram um documento nacional comum sobre as necessidades da reconstrução pós-conflito do Sudão. A Conferência angariou mais de 4,5 biliões de dólares para a primeira fase do plano de desenvolvimento, isto é, para o período 2005-2007. Este montante incluía também as contribuições relativas às necessidades da AMIS.

b) Darfur

41. A situação em Darfur continua a ser um assunto de profunda preocupação. Apesar dos esforços feitos por AMIS e as consequentes melhorias nas áreas onde se está a instalar no terreno prevalece ainda a situação de insegurança, com ataques persistentes contra civis. Verifica-se, também, um aumento de incidentes de banditismo armado e de ataques contra colunas de organizações humanitárias e colunas comerciais. Gostaria também de informar que ocorreu um ataque propositado contra o pessoal e equipamento da AMIS e, mais recentemente, o rapto e a detenção de pessoal da AMIS dentro da área da Missão.

42. A situação de segurança que prevalece tem impacto negativo na prestação da ajuda humanitária tão necessária para a população civil. De acordo com as Nações Unidas, estima-se que a população afectada em Darfur seja cerca de 2,45 milhões a 1 de Março de 2005, da qual 1,86 milhões são pessoas internamente deslocadas (PIDs). Isto representa um aumento de 45.646 (dos quais 39 por cento eram PIDs) no total da população afectada desde 1 de Janeiro de 2005. Além das populações afectadas em Darfur, uma estimativa de 200.000 refugiados atravessaram a fronteira para o vizinho Chade, devido aos combates desencadeados em princípios de 2003. Prevê-se que a população afectada em Darfur venha a aumentar nos próximos meses, pois, foram identificadas novas populações necessitadas, como resultado do fracasso da época agrícola, escassez de chuvas e insegurança contínua.

43. Foi contra este pano de fundo que uma Missão de Avaliação chefiada pelo Comissário para os Assuntos da Paz e Segurança viajou ao Sudão de 10 a 22 de Março de 2005. A ONU, a UE e os EUA foram convidados a juntarem-se à Missão, cujo objectivo era de aumentar, caso houvesse necessidade, os esforços de apoio à paz em Darfur, à luz das situações de segurança e humanitária prevalentes. A Missão constatou uma tendência para o melhoramento geral, particularmente nas áreas onde a AMIS encontra-se instalada. As recomendações da Missão de Avaliação, conforme revisto pelo Comité do Estado-Maior (CEM) do CRP, foram apresentadas na 28ª Reunião do CRP, realizada a 28 de Abril de 2005. Tendo notado que a Missão da UA no terreno não teve força suficiente de implementar eficientemente o seu mandato, o CRP decidiu aumentar a força da Missão para um total de 6.171 tropas, até finais de Setembro de 2005. Desde então, a Comissão tem levado a cabo uma série de medidas para tornar possível a colocação dos reforços autorizados dentro do prazo estipulado, incluindo uma reunião dos países que contribuem com as tropas (TCCs) em Adis Abeba, a 13 de Maio de 2005, seguida por uma Conferência de Doadores, a 26 de Maio de 2005, a fim de mobilizar os recursos financeiros e logísticos necessários. Cerca de 300 milhões de dólares foram prometidos, incluindo contribuições em espécie.

44. Em relação às negociações para se alcançar uma solução política abrangente, é de notar que o período em revista foi caracterizado por intensas consultas com as partes, a quem foi apresentado um projecto de Protocolo para Darfur para a Resolução do Conflito naquela área. As consultas foram também feitas com a Co-mediação chadiana e as autoridades da Nigéria, na qualidade de co-facilitadores, bem como com os parceiros da UA. As conversações reiniciaram em Abuja a 10 de Junho de 2005. Gostaria também de indicar que designei o Sr. Salim Ahmed Salim, antigo Secretário Geral da OUA, como meu Enviado Especial para as Conversações de Paz Inter-Sudanesas sobre Darfur. É minha sincera esperança que as negociações irão, quanto mais cedo, resultar numa solução duradoura e abrangente.

v) República Democrática do Congo (RDC)

45. No meu relatório à Sexta Sessão Ordinária do Conselho Executivo, fiz alusão aos progressos realizados em prol do retorno da paz e da estabilidade na RDC. Informei igualmente ao Conselho dos inúmeros desafios enfrentados durante o período de transição.

46. O período em análise foi marcado por progressos significativos, apesar da tensão persistente no seio da classe política congolese e do recrudescimento da insegurança, principalmente na região de Ituri. A este respeito, o anúncio de um provável adiamento das eleições, feito pelo Presidente da Comissão Eleitoral Independente provocou, no início do ano, uma forte efervescência no seio da classe política congolese. Actores políticos signatários do Acordo Geral e inclusivo, mas não membros das instituições de transição, apelaram aos seus militares a saírem à rua e a manifestarem-se contra a maneira como o processo de transição está a ser conduzido. A violência que se seguiu causou várias mortes e inúmeros feridos. Esta situação fez pairar uma grave ameaça sobre o prosseguimento do processo de paz e de transição e mobilizou a comunidade internacional que se empenhou bastante no acompanhamento da transição, o que permitiu acelerar a análise das leis ligadas ao processo eleitoral e a dar maior clareza às intenções dos diferentes actores, quanto às eleições. É no quadro desta nova dinâmica que o projecto de Constituição foi adoptado a 16 de Maio de 2005, pelas duas Câmaras do Parlamento (Assembleia Nacional), reunidas em sessão solene, na presença dos Presidentes Kabila e Thabo Mbeki. O projecto será proximamente submetido a um referendo. No entanto, a situação continua frágil e requer da comunidade internacional uma mobilização constante, para assegurar que as eleições marquem o fim da transição e sejam realizadas nos prazos previstos pela Constituição de Transição. A este respeito, convém sublinhar que o Parlamento de Transição decidiu, sob a proposta da Comissão Eleitoral Independente (CEI), adiar as eleições por seis meses.

47. Os mecanismos conjuntos de verificação, criados entre a RDC e o Ruanda (MVC), por um lado e, entre a RDC, o Ruanda e o Uganda (a tripartida), por outro lado, contribuíram para restaurar a confiança entre os três países e para fortalecer a esperança de uma paz duradoura na região, e por sua vez, a União Africana toma uma parte activa no seio do MVC. A este respeito, os 11 oficiais que designou para participarem nas actividades das equipas de verificação conjunta, já estão operacionais no terreno. Participou igualmente em todas as reuniões organizadas no quadro da tripartida (RDC/Ruanda/Uganda).

48. A Comissão empreendeu uma série de acções visando a implementação da decisão da 23ª reunião do CPS sobre o desarmamento e a neutralização dos ex-FAR/Interahamwé e dos outros grupos armados no Leste da RDC. Neste quadro, uma missão de informação deslocou-se de 27 de Fevereiro a 8 de Março de 2005 para Kinshasa, Kigali e Arusha, junto do Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR). Por outro lado, uma reunião consultiva sobre o desarmamento e a neutralização dos ex-FAR/Interahamwé e dos outros grupos armados no Leste da RDC reuniu de 15 a 16 de Março de 2005 junto da UA, as delegações da RDC, do Ruanda, do Burundi e do Uganda, assim como representantes das Nações Unidas, da União Europeia (UE) e do Governo dos Estados Unidos da América. A Comissão organizou igualmente em Adis Abeba a 22 de Abril de 2005, uma reunião de peritos militares dos Estados Membros do Comité do Estado-Maior do CPS e do Comité da UA sobre a RDC, para analisar as modalidades práticas de implementação da decisão do CPS. A reunião formulou recomendações sobre o mandato de uma força africana, a sua composição, o seu comando, suas relações com as forças armadas do RDC e do

MONUC desdobradas na zona de operação, assim como o envio de uma missão técnica de avaliação na região.

49. É neste contexto que as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR) publicaram em Roma a 31 de Março de 2005, uma declaração na qual este movimento político-militar anunciou a sua condenação ao genocídio cometido no Ruanda em 1994 e dos seus autores, assim como a sua renúncia à luta armada e o seu compromisso em integrar o programa (DDRRR), criado pelas Nações Unidas. Após esta declaração, a MONUC decidiu criar centros de acolhimento destinados a acolher os combatentes e as suas famílias, antes do seu encaminhamento para o Ruanda.

50. Finalmente, convém sublinhar que a situação de segurança e humanitária continua a ser preocupante em Ituri, onde alguns grupos armados continuam a atacar as colunas da MONUC e recusam-se a largar as armas. Todavia, a firmeza da MONUC quanto aos grupos radicais permitiu a mais de 13.000 elementos armados dos quais várias crianças-soldados a largarem voluntariamente as armas.

vi) Burundi

51. O processo de paz e de reconciliação no Burundi entrou na sua última fase. A Constituição pós-transição foi adoptada por referendo a 28 de Fevereiro de 2005. O calendário eleitoral inicial, publicado a 16 de Outubro de 2004 previa a realização dos escrutínios entre 26 de Novembro de 2004 (referendo) e 22 de Abril de 2005 (eleição presidencial). As dificuldades de vária ordem tendo impedido o cumprimento deste prazo, um novo calendário foi elaborado e prevê a realização dos diferentes escrutínios como se segue: eleições comunicais – 3 de Junho de 2005; eleições legislativas – 4 de Julho; eleição de senadores – 29 de Julho de 2005; eleição presidencial – 19 de Agosto de 2005; e eleição das colinas – 23 de Setembro de 2005. Consequentemente, a 24^a Cimeira da Iniciativa Regional para a Paz no Burundi, realizada a 22 de Abril de 2005, em Entebe, decidiu prolongar o período de transição até 26 de Agosto de 2005, data em que o Presidente eleito deveria ser empossado.

52. As eleições comunais foram organizadas a 3 de Junho de 2005, apesar de alguns incidentes que afectaram 6 das 129 comunas do país. O CNDD-FDD obteve a maioria absoluta com 62,67% dos votos, seguido pelo PRODEBU (20,48%) e pelo APRONA (5,25%). A 9 de Junho, a Comissão eleitoral procedeu à divulgação das listas eleitorais para as legislativas, cuja campanha começou a 19 de Junho de 2005.

53. O PALIPEHUTU-FNL, último movimento armado que não participou no processo de reconciliação, aceitou iniciar negociações sérias com o Governo de Transição do Burundi e trabalhar num plano de paz viável. Após as conversações exploratórias levadas a cabo de 5 a 12 de Abril de 2005, entre o Ministério tanzaniano dos Negócios Estrangeiros e o FNL sobre a sinceridade desta proposta, um relatório foi feito na Cimeira da Iniciativa Regional de 22 de Abril de 2005. A Cimeira tomou nota dos progressos realizados durante estas

conversações e autorizou o Presidente Benjamin Mkapa a receber Agathon Rwasa, Presidente do PALIPEHUTU-FNL.

54. Após este convite, o Presidente Mkapa facilitou um encontro entre o Presidente do Burundi Domiten Ndayizeye e Agathon Rwasa. No fim deste encontro que teve lugar em Dar-es-Salaam, a 15 de Maio de 2005, as duas partes declararam uma cessação imediata das hostilidades e decidiram criar equipas técnicas tendo como missão definir os mecanismos para um cessar-fogo permanente, isto num prazo não superior a um mês; a situação de segurança continua tensa, particularmente após o ataque por morteiros perpetrado pelo FNL na noite de 24 de para 25 de Maio de 2005. As duas partes comprometeram-se igualmente a iniciar as negociações o mais breve possível, sem perturbar o processo eleitoral em curso. Presentes em Dar-es-Salaam nesta ocasião, o meu Representante Especial no Burundi e o do Secretário Geral das Nações Unidas mantiveram um encontro com o Presidente Ndayizeye e depois com Agathon Rwasa, para exprimir o apoio e o encorajamento das suas respectivas instituições. A 6 de Junho, enviei uma delegação de peritos da Comissão para se juntar aos das Nações Unidas, do Uganda e da Tanzânia para ajudar as partes a prosseguirem as suas discussões sobre um mecanismo de cessar-fogo.

55. Paralelamente ao processo político, o processo de reforma do sector de segurança, caracterizado em particular por operações de desarmamento, desmobilização, reintegração e de reinserção (DDRR) segue o seu curso normal. Assim, 7.329 combatentes foram desmobilizados dos quais 6.281 são homens, 409 mulheres e 639 crianças entre 2 de Dezembro de 2004 e 28 de Abril de 2005. Segundo a Comissão Nacional para a Desmobilização, a reinserção e a reintegração (CNDDR), mais de dois (2) biliões de francos burundeses foram distribuídos imediatamente aos desmobilizados, como apoio à reinserção. A CNDDR anunciou o próximo lançamento da componente “reintegração” do PNDRR. Há que realçar que 2.300 crianças-soldado tinham sido desmobilizadas antes do lançamento oficial das operações de desmobilização, a 2 de Dezembro de 2004.

56. A questão de segurança cobre igualmente o desarmamento da população civil que inclui as duas milícias: os “guardiões da paz”, milícias governamentais e os “militantes combatentes”, milícias do CNDD-FDD. Um decreto presidencial assinado a 4 de Maio de 2005, organiza este desarmamento, nomeadamente com a criação da Comissão Nacional de Desarmamento, cuja missão é de elaborar e pôr em prática as estratégias de desarmamento.

57. Tratando-se sempre do aspecto da segurança do processo de paz no Burundi, convém recordar que o CPS, reunido a 15 de Novembro de 2004, autorizou a Força de Protecção sul-africana, enviada ao Burundi para proteger as personalidades políticas, a operar sob o mandato da União Africana. Para determinar as modalidades práticas da aplicação da decisão, uma missão de avaliação conjunta África do Sul/União Africana visitou Bujumbura de 11 a 14 de Abril de 2005. A retomada da Força de Protecção da UA é doravante efectiva. Nas próximas semanas, a Comissão vai tratar da finalização do Acordo sobre o estatuto das forças que deve ser assinado com o Governo burundês, para reger a presença da Força de Protecção no local, no quadro do memorando assinado

com o Governo sul-africano e do Memorando de Entendimento que deve ser assinado com a ONU para que possa, através da cooperação das Nações Unidas no Burundi (ONUB), prestar a assistência logística necessária. Por outro lado, a Comissão, com o apoio das Nações Unidas que propuseram a sua ajuda a este respeito, vai lançar uma campanha de mobilização de recursos para financiar as operações da Força de Protecção.

58. Em conclusão, o processo de paz no Burundi decorre normalmente e se concluirá certamente com a eleição de um Presidente da República que deverá tomar posse a 26 de Agosto de 2005. Caberá, evidentemente, aos burundeses empenhar-se na reconstrução do seu país, com a assistência da UA, das Nações Unidas e do resto da comunidade internacional.

vii) Grandes Lagos

59. O Conselho recordar-se-á que o processo da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos entrou na sua 2ª fase, com a adopção da Declaração sobre a Paz, Segurança, Democracia e Desenvolvimento saída da primeira Cimeira da Conferência, realizada em Dar-es-Salaam, de 19 a 20 de Novembro de 2004. Esta declaração proclama a determinação dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros do processo da Conferência de fazer da Região dos Grandes Lagos um espaço de paz e de segurança duradouras, de estabilidade política e social, de crescimento e de desenvolvimento partilhado; um espaço de cooperação baseado em estratégias e políticas de convergência no quadro de um destino comum em conformidade com a Visão da União Africana, com a plena participação das populações em parceria com a Organização das Nações, a União Africana e o conjunto da comunidade internacional.

60. Por outro lado, a declaração compromete os Chefes de Estado da região a fazerem com que a comunidade internacional participe, nomeadamente a ONU e as suas agências, a UA e as Comunidades Económicas Regionais pertinentes, as instituições financeiras internacionais, o grupo de Amigos da Região dos Grandes Lagos e os outros parceiros de desenvolvimento, a dar o seu apoio aos países da região, declarando a região dos Grandes Lagos “zona específica de reconstrução e de desenvolvimento”, dotada de um Fundo Especial para a sua reconstrução. A declaração criou igualmente um Comité Inter-Ministerial Regional (CIR), apoiado pelo Comité Regional Preparatório (CRP) para preparar os projectos de protocolo e de programas de acção.

61. O CIR realizou a sua primeira reunião em Kigali de 15 a 18 de Fevereiro de 2005, iniciando assim a 2ª fase do processo que vai terminar com a realização da 2ª Cimeira da Conferência, em Nairobi, em Novembro de 2005. A reunião de Kigali criou quatro grupos técnicos temáticos (GTT), compostos nomeadamente por peritos dos países do “campo”, para trabalhar sobre um dos temas da Conferência, a saber: a paz e a segurança, a democracia e a boa governação, o desenvolvimento económico e a integração regional, e as questões de protocolos e de programas a elaborar e adoptar um projecto de calendário das próximas reuniões.

62. Os GTT realizaram a sua primeira reunião em Mombasa de 4 a 8 de Abril de 2005, para analisar os termos de referência e a lista dos projectos de protocolos e programas de acção adoptados pela reunião de Kigali. Estes documentos estão a ser aperfeiçoados pelo Secretariado Conjunto UA/Nações Unidas, antes de serem submetidos aos países do “campo”. Estes documentos serão revistos durante a segunda reunião dos GTT, prevista para Nairobi, de 27 de Junho a 1 de Julho de 2005 e serão, em seguida, submetidos à análise do CIR que os aperfeiçoará durante as suas duas próximas reuniões preparatórias da 2ª Cimeira. A Declaração de Dar-es-Salaam constituirá com os protocolos e os programas de acção que serão adoptados pela 2ª Cimeira, “o Pacto de Segurança, de Estabilidade e de Desenvolvimento para a Região dos Grandes Lagos”.

63. A Comissão participará activamente em todas as etapas do processo. A este respeito, participou em todas as reuniões realizadas no quadro do processo preparatório da 1ª Cimeira, assim como as que estão em curso para a segunda Cimeira. Prestou serviços de interpretação e tradução na maioria das reuniões realizadas no quadro do processo da Conferência. Por outro lado, pretende melhorar o nível do Gabinete de Ligação da UA para a Região dos Grandes Lagos em Nairobi e reforçar os efectivos e os meios de trabalho. O apoio da UA ao processo da Conferência deve ser reforçado para fazer face à natureza e à complexidade das actividades da 2ª fase do processo e tornar mais visíveis as acções da Comissão, no seio do Secretariado Conjunto.

64. O sucesso desta 2ª fase requer um reforço de cooperação e de parceria entre a UA e as Nações Unidas no quadro do Secretariado Conjunto encarregue de levar a cabo o processo. Pretende igualmente a concretização da aceitação do processo pelos países do “campo”. Esta aceitação deve traduzir-se numa verdadeira vontade política que se demonstrará com uma participação efectiva conjunta com os parceiros para o desenvolvimento, para o financiamento das actividades do processo preparatório da 2ª fase da Conferência e com a mobilização dos recursos disponíveis na região para constituir a base do “Fundo Especial para a Reconstrução” da região considerada “zona específica de reconstrução e do desenvolvimento” pela Declaração de Dar-es-Salaam.

65. O apoio político, diplomático, técnico e financeiro do Grupo de Amigos da Região dos Grandes Lagos foi determinante para o sucesso da primeira fase do processo da Conferência. No quadro dos preparativos da 2ª fase, o Comité Director do Fundo Fiduciário do Grupo realizou duas reuniões em Haia, a 11 de Abril de 2005 e a 24 de Maio de 2005. Durante estas reuniões, o Comité Directivo reiterou o seu compromisso de continuar a prestar o seu apoio ao prosseguimento do processo.

66. O Grupo de Amigos, que aderiu à Declaração de Dar-es-Salaam, deve igualmente aderir à proclamação da região dos Grandes Lagos como “zona específica de reconstrução e de desenvolvimento” e dotá-la de um “Fundo Especial” para a sua reconstrução. Neste quadro, os países da região, a União Africana e as Nações Unidas e os parceiros comprometidos no processo, nomeadamente os do Grupo de Amigos da Região, devem conjugar esforços para

fazer partilhar ao resto da comunidade internacional a pertinência desta ideia para a concretização dos objectivos da Conferência.

67. Durante uma reunião pública sobre a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, realizada a 17 de Junho de 2005, o CPS, após ter notado os progressos realizados no processo, instou os países membros da Conferência a implementarem imediatamente as disposições específicas e pertinentes da Declaração, nomeadamente as ligadas ao restabelecimento da segurança nas fronteiras comuns; o repatriamento voluntário dos refugiados; o desarmamento; a desmobilização e a reintegração dos ex-combatentes e o princípio de não-subversão e de não intervenção. O Conselho acolheu favoravelmente a decisão de declarar a Região dos Grandes Lagos (Zona Específica de Reconstrução e de Desenvolvimento", dotada de um Fundo Especial de Reconstrução.

viii) República Centro-Africana (RCA)

68. Na República Centro-Africana, o período em análise foi marcado pela realização de eleições presidenciais e legislativas. O Conselho recordar-se-á que durante a sua sessão de Janeiro de 2005, a sua atenção foi chamada sobre a crise após a publicação da decisão do Tribunal Constitucional invalidando as candidaturas de sete dos doze candidatos ao cargo de Presidente da República. Após esta crise, todos os candidatos concordaram em reunir-se em Libreville, para encontrar uma solução. Após as conversações realizadas sob a égide do Presidente El Hadji Omar Bongo Ondimba, um acordo foi assinado a 22 de Janeiro de 2005. O Acordo previa que 11 candidatos fossem autorizados a participar na eleição presidencial, com a excepção do ex-Presidente Ange Félix Patassé, porque respondia a um processo judicial; que a publicação dos resultados caberia à Comissão Eleitoral Independente (CEMI); e que só o Tribunal Constitucional resolveria o contencioso eleitoral.

69. A primeira volta das eleições presidenciais teve lugar a 13 de Março de 2005. O General François Bozizé venceu as eleições com 42,97% dos votos (382.241), seguido por Martin Ziguélé, o candidato do Movimento de Libertação do Povo Centro-Africano (MLPC) com 23,53% (209.357) dos votos e por André Kolingba, do Reagrupamento Democrático Centro-Africano (RDC) com 16,36% (145.945). A segunda volta após 8 de Maio de 2005, o General François Bozizé e Martin Ziguélé que reconheceu a sua derrota e felicitou o seu adversário. Apelou igualmente aos militantes do seu partido à calma.

70. O candidato Martin Ziguélé não teve o apoio de todos os partidos da união das forças vivas da nação (UFVN), uma aliança formada por diferentes candidatos opostos ao General Bozizé-Jean Paul Ngoupandé (5,06%) e Charles Massi (3,22%) e Abel Goumba aliaram-se ao General Bozizé, ao passo que André Kolingba não aliou a nenhuma coligação.

71. Para as legislativas, 17 assentos foram disponibilizados na primeira volta contra 87 na segunda volta. A Convergência Kwa Na Kwa, a coligação dos militantes do General Bozizé obteve a maioria relativa com 40 assentos dos

105.34. Dos eleitos 34 apresentaram-se com o título de “independentes”. A CEMI anulou o escrutínio numa circunscrição no Sul do país.

72. Se a primeira volta das eleições realizou-se numa acalmia relativa, a segunda volta foi marcada por incidentes durante a publicação dos resultados em algumas circunscrições. Os candidatos do MLPC e alguns partidos denunciaram actos de violência, de intimidação até mesmo de corrupção que marcaram a segunda volta. Vários recursos deram entrada no Tribunal Constitucional.

73. Num outro plano, o Estado continua a enfrentar várias dificuldades para cumprir com as suas obrigações e para pagar regularmente e a tempo os salários dos funcionários. A nível da segurança, o envio da Força Multinacional da CEMAC (FOMUC) permitiu o restabelecimento da segurança numa grande parte das províncias do interior do país e a realização de eleições presidenciais e legislativas. A este respeito, há que recordar que a CEMAC solicitou o acordo da UA para que um apoio financeiro seja prestado à FOMUC, no quadro da Facilidade de apoio à Paz em África, criada pela UE a pedido da UA. Após o acordo da Comissão e da Missão Conjunta UA-UE de avaliação das necessidades da FOMUC que foi enviada para Bangui, uma contribuição de um montante de 3,38 milhões de Euros foi dada à FOMUC para o período de Novembro de 2004 a Junho de 2005. O mandato da FOMUC expira a 30 de Junho de 2005 e é necessário garantir a sua renovação, para evitar um vazio ao qual as Forças Armadas centro-africanas progressivamente desdobradas no terreno, não poderão fazer face. A CEMAC solicitou novamente o apoio da UA para obter a renovação do financiamento da FOMUC.

74. As eleições legislativas e presidenciais que acabam de ser realizadas, marcaram uma etapa importante no processo de estabilização da situação na RCA. É preciso agora consolidar este progresso, encorajando os diferentes actores centro-africanos a demonstrarem responsabilidade e a participarem activamente nos esforços de relançamento sócio-económico e na reconstrução do país. Gostaria de indicar, a este respeito, que no momento da finalização do presente relatório, o meu Enviado Especial na RCA, Sadok Fayala, preparava-se para se deslocar a Bangui, Libreville e N'djamena para consultas com os actores em causa.

ix) Côte d'Ivoire

75. Durante a 23ª Reunião do CPS realizada em Libreville a 10 de Janeiro de 2005, decisões importantes foram tomadas para relançar o processo de reconciliação nacional na Côte d'Ivoire. Em seguida, o Presidente Thabo Mbeki não poupou esforços para chegar ao roteiro de paz que elaborou, após o seu encontro com as partes ivorianas em Dezembro de 2004. Os seus esforços consistiram em manter o contacto com todas as partes ivorianas e assegurar-se da sua capacidade de implementar este roteiro, em consolidar o nível de confiança, em analisar detalhadamente os pontos de desacordo sobre o programa de desarmamento, de desmobilização e de reinserção (DDR), em encontrar soluções e em medir o seu impacto junto das diferentes partes. Esta dinâmica recebeu o apoio do Conselho de Segurança, que adiou as sanções previstas pela Resolução 1952, para permitir à mediação alcançar os seus objectivos.

76. A 1 de Fevereiro de 2005, o Conselho de Segurança adoptou a Resolução 1584 (2005) sobre o reforço do embargo sobre as armas. A 10 de Março de 2005, o Comité de Acompanhamento do Acordo de Linas-Marcoussis incumbiu o Presidente da Assembleia Nacional da revisão das leis “não estão em conformidade com o espírito e a letra do Acordo de Linas-Marcoussis”. Durante o mesmo período, assistiu-se a manifestações de grupos de jovens patriotas reclamando a saída da Força Licorne. Por sua vez, os partidos da oposição solicitaram num comunicado a 31 de Março, a manutenção das forças francesas.

77. Após incansáveis esforços, o Presidente Mbeki obteve a assinatura pelos principais protagonistas ivorianos, a 6 de Abril de 2005, em Pretória, do Acordo sobre o Processo de Paz na Côte d'Ivoire (Acordo de Pretória). Este acordo de 18 pontos, inclui a declaração comum de fim de guerra; o desarmamento e o desmantelamento, de desmobilização e de reinserção (DDR); a segurança na zona sob a responsabilidade as forças novas; a segurança dos membros do governo provenientes das forças novas, a delegação dos poderes ao Primeiro-Ministro; a Comissão Eleitoral Independente; a organização de eleições, assim como sobre a questão sobre a elegibilidade à Presidência da República sobre a qual o Mediador devia pronunciar-se, apenas após consultas com o Presidente em Exercício da UA e o Secretário das Nações Unidas.

78. Numa carta datada de 11 de Abril de 2005, o Presidente Mbeki comunicou a sua decisão solicitando ao Presidente Laurent Gbagbo a implementação das disposições do Artigo 48 da Constituição ivoriana. Após consultas das forças vivas da nação e dos responsáveis das instituições do Estado, o Presidente Gbagbo decidiu recorrer ao Artigo 48 da Constituição e de permitir, desta forma, que todos os signatários do acordo de Linas-Marcoussis sejam elegíveis à presidência da República. Quanto à Alassane Dramane Ouattara que preside a União dos Republicanos (DDR), a possibilidade que lhe é dada só vale para as eleições de Outubro de 2005 e não sendo relevante a sua nacionalidade. Ao mesmo tempo, o Chefe do Estado ivoriano confiou o processo de recenseamento dos eleitores e de edição das listas e cartões de eleitores ao Instituto Nacional de Estatística, esta decisão suscitou várias reacções dos partidos da oposição.

79. Na sua Resolução 1600 (2005) adoptada a 4 de Maio de 2005, o Conselho de Segurança felicitou a assinatura do Acordo de Pretória pelas partes ivorianas. O Conselho de Segurança felicitou igualmente a decisão tomada pelo Presidente Thabo Mbeki, no que concerne à elegibilidade à presidência da República e notou com satisfação o anúncio pelo Presidente Gbagbo que todos os candidatos designados pelos partidos políticos signatários do Acordo de Lina-Marcoussis serão elegíveis à presidência.

80. Conforme o Acordo de Pretória, os Estados-Maiores das Forças Armadas da Côte d'Ivoire (FANUC) e as novas Forças (FN) mantiveram um encontro aos 14 e 16 de Abril de 2005 em Bouaké, presidido pelo Primeiro-Ministro Seydou Diara e na presença de um representante do Mediador, do Representante Adjunto do Secretário Geral das Nações Unidas e dos Comandantes das Forças imparciais ONUC-Licorne. Em seguida, as duas partes reuniram-se em Daoukro a 19 de Abril, para definir as modalidades da retirada das armas pesadas da

frente militar. Estas armas foram efectivamente retiradas a 21 de Abril de 2005. De 2 a 6 de Maio de 2005, a capital política, Yamoussoukro, acolheu um seminário conjunto para a elaboração e avaliação de um programa nacional de desarmamento, de desmobilização e da reinserção (PNDDR). Esta evolução encorajadora foi ofuscada pelos confrontos inter-étnicos que tiveram lugar de 29 de Abril a 1 de Maio e de 31 de Maio a 6 de Junho de 2005, em Duekoué no Oeste da Côte d'Ivoire e os seus arredores, causando inúmeras vítimas.

81. Após intensas negociações e tentativas falhadas, a FANCI e as FN assinaram um acordo estipulando as modalidades práticas do DDR em Yamoussoukro a 14 de Maio de 2005. Depois deste acordo e desarmamento que começará a 27 de Junho e terminará a 10 de Agosto permitirá a desmobilização de 48.000 combatentes: 42.500 ex-rebeldes e 5.500 de lealistas. O custo global do DDR está estimado em 85 biliões de francos CFA. No mesmo contexto, o início da operação de desarmamento e desmantelamento das milícias teve lugar em Guiglo no oeste da Côte d'Ivoire a 25 de Maio de 2005.

82. Todavia, convém notar que as forças novas fizeram saber aquando de uma conferência de imprensa realizada em Abidjan a 13 de Junho que não se sentiam incluídas no cronograma e no plano de acção das operações de DDR publicadas a 14 de Maio. Segundo elas, tratam-se de propostas feitas aos Chefes de Estado-Maior das duas forças pela Comissão encarregue do DDR. Consideram que a segurança das pessoas, dos centros de acolhimento e a sua reabilitação, a revisão de alguns textos não estão em conformidade com o Acordo de Linas-Marcoussis, constituem condições incontornáveis antes de qualquer desarmamento.

83. Face a esta nova evolução, o Comité de Acompanhamento do Acordo de Linas-Marcoussis efectuou uma revista na zona sob o controlo das forças novas, a 14 de Junho de 2005, isto depois do encontro com a parte governamental. A delegação do Comité de Acompanhamento manteve encontros com os responsáveis das forças novas e visitou os centros de acantonamento de Bouaké, que ainda não foram ordenados. O Comité de Acompanhamento fez saber a sua preocupação e recordou as medidas tomadas ou a serem tomadas pelas Nações Unidas, nomeadamente:

- a nomeação de um Representante Especial para supervisionar as eleições;
- o reforço do mandato e dos efectivos das forças imparciais; e
- a preparação em curso de uma nova resolução sobre a Côte d'Ivoire.

84. O Comité de Acompanhamento deslocou-se, em seguida, para Bandoukou, na zona governamental, onde visitou igualmente centros de acantonamento. Segundo o responsável da CNDDR, os outros centros governamentais estão prontos a 80%.

85. Por sua vez, o Mediador da UA enviou uma delegação presidida por Ayande Ntsaluba, Director Geral do Departamento "África" no Ministério sul-

africano dos Negócios Estrangeiros, para retomar contactos com as partes invorianas. A delegação manteve um encontro com as forças novas a 15 de Junho de 2005, em Bouaké. Encontros estão igualmente previstos com as outras partes do conflito.

86. No plano humanitário, a situação deteriorou-se ainda mais com os confrontos inter-étnicos registados no Oeste da Côte d'Ivoire, desde o início do ano. A situação dos direitos humanos continua preocupante.

87. Encorajo as partes invorianas a manterem a dinâmica observada depois do Acordo de Pretória, através do respeito dos compromissos aos quais subscreveram e a trabalhar para a aplicação do respectivo acordo.

x) Libéria

88. De Janeiro de 2005 até hoje, registaram-se progressos significativos na implementação do Acordo Geral de Paz de Acra (AGP) de Agosto de 2003. A Comissão Nacional de Eleições (CNE) iniciou um processo conducente à realização de eleições em Outubro de 2005, a começar com o Programa de Educação do Eleitor em finais de Janeiro. Isto foi seguido pelo Programa de Recenseamento do Eleitor, na sequência dos apelos da Assembleia Nacional Legislativa de Transição (NTLA) e outros segmentos da sociedade, compreendendo uma coligação de relutantes, que apelavam pelo adiamento das eleições. Reagindo a esse apelo, o Grupo Internacional de Contacto sobre a Libéria (ICGL) tornou claro que as eleições não seriam adiadas e que o AGP seria implementado em pleno.

89. No fim do processo de desarmamento e desmobilização (DD), em Novembro passado, deu arranque o programa de reintegração e reabilitação, porém, apenas pôde abranger um quarto do total dos ex-combatentes. O programa de RR enfrenta constrangimentos de ordem financeira para a sua plena implementação. Recentemente, os doadores renovaram os seus compromissos para o financiamento do programa, porém, condicionaram-no à vontade política que deve ser manifestada pelo Governo Nacional de Transição da Libéria (NTGL) para demonstrar transparência e responsabilidade nas suas operações. Em acréscimo, sugeriu-se que a componente RR seja fundida com o programa de inserção das PDI/Refugiados, a fim de fazer a harmonização de políticas em relação a estes segmentos da população. Até este momento, as dificuldades relativas à implementação do programa RR continua a representar uma profunda preocupação de segurança no país, pois, alguns ex-combatentes têm ameaçado quebrar as eleições vindouras, se as suas exigências de reabilitação não forem satisfeitas.

90. Presentemente, existe uma enorme atenção no terreno em prol dos programas do regresso e repatriamento das PIDs e dos refugiados, respectivamente. Existem sérios desafios ocasionados pela presente estação chuvosa e o seu impacto na circulação de pessoas, devido a uma fraca rede de infra-estruturas.

91. Em reacção às acusações de corrupção, falta de transparência, integridade e responsabilidade, o NTGL criou um Grupo de Trabalho Anti-Corrupção e deu-lhe poderes para investigar alegações de corrupção no sector público. Todavia, o Grupo de Trabalho ainda não provou ser eficiente e espera-se que o Governo demonstre maior vontade e prontidão de levar a cabo as políticas e as medidas de reforma, com vista a parar com a onda de corrupção. A comunidade internacional tem colocado maior ênfase sobre uma melhor liderança em assuntos de boa governação económica e política, bem como uma boa gestão fiscal.

92. A própria NTLA viu-se envolvida em alegações de corrupção ao nível de liderança durante o primeiro semestre do ano. Presentemente, o órgão encontra-se em litígio entre os que estão envolvidos na corrupção, na sequência da acção disciplinar contra eles, e a Câmara, sobre a legalidade do procedimento de tomada de decisões no seio da Assembleia.

93. Em relação à reestruturação e reforma das Forças Armadas da Libéria (AFL), o programa parou devido à falta de fundos para cobrir o pagamento do custo do pacote de desvinculação de oficiais e homens que não serão reintegrados nas novas forças armadas. Não obstante, aparece uma luz no fundo do túnel, com a atribuição de 5,3 milhões de dólares, cujos detalhes são os seguintes: 1 milhão de dólares do NTGL, 3 milhões em empréstimos e 1,3 milhões de dólares em adiantamentos de impostos, do total de 16 milhões necessários. Finalmente, o exercício de reestruturação das AFL arrancou no dia 15 de Junho de 2005. O exercício está a ser monitorado por um Comité Especial de Monitorização e de Consulta de Defesa de que a UA é membro. O Comité trabalha em associação com o Ministério da Defesa, que tem a responsabilidade supervisora do programa.

94. Por sua vez, a Comissão continuou a apoiar o processo em curso na Libéria. Além da contribuição do Escritório de Ligação de Monróvia, na implementação do AGP, o meu Enviado Especial visitou a Libéria de 2 a 10 de Abril de 2005, para uma avaliação geral da situação. A Comissão também abordou a UE à procura do apoio bastante necessário, para a reestruturação e a reforma das AFL. Na altura da conclusão deste relatório, estavam a decorrer esforços para prestar mais assistência ao processo de paz liberiano.

xi) Guiné Bissau

95. Desde o golpe de Estado que derrubou o Presidente Kumba Yalá a 14 de Setembro de 2003, a UA presta o seu apoio aos esforços da CEDEAO visando o restabelecimento definitivo da ordem constitucional e a restauração da estabilidade neste país. Conforme a carta de transição, as eleições legislativas realizaram-se aos 28 e 30 de Março de 2005. Apesar das disfunções consultas, o escrutínio realizou-se de forma livre, justa e transparente. O Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) venceu as eleições com uma maioria relativa de 46 assentos. O Partido para a Renovação Social (PRS), formação do ex-Presidente Kumba Yalá obteve 35 assentos. O Partido Unido Social e Democrático (PUSD), do ex-Primeiro-Ministro Francisco Fadul obteve 17 assentos. A União Eleitoral, uma coligação de cinco pequenos partidos obteve 2

assentos enquanto que a Aliança Popular Unida, uma coligação de dois pequenos partidos obteve apenas um assento.

96. Estas eleições permitiram a formação em Maio de 2004, de um governo dirigido por Carlos Gomes, Presidente do PAIGC e a sua investidura durante o mesmo mês da nova Assembleia Nacional Popular para um mandato de 4 anos. Esta investidura pôs fim ao mandato do Conselho Nacional de Transição e transformou o Comité Militar num órgão consultivo junto da presidência. A eleição presidencial que marcará o restabelecimento definitivo da ordem constitucional se realizará aos 19 de Junho de 2005.

97. A transição realizou-se normalmente e a situação política teve uma evolução encorajadora, mas a 6 de Outubro de 2004, a capital, Bissau, foi palco de um levantamento militar que custou a vida do Chefe de Estado-Maior General e do Chefe dos Serviços de Informação das Forças Armadas. Para encontrar uma solução para a crise, um Memorando de Entendimento assinado a 10 de Outubro de 2005 entre os rebeldes e o Primeiro-Ministro concedeu uma amnistia geral a todos os que participaram no levantamento militar desde 1980. Esta amnistia que divide a sociedade guineense foi confirmada em seguida por uma resolução adoptada pela Assembleia Nacional Popular, a 26 de Novembro de 2004.

98. Para uma parte da opinião nacional, a amnistia glorifica a impunidade e o menosprezo das vítimas e das suas famílias. Para os membros do PAIGC, na sua grande maioria, a amnistia anula os actos cometidos na época do Presidente Vieira que dirigiu o país de 1980 a 1999 e que está proibido de exercer actividades políticas até 2009, segundo a antiga constituição que estava em vigor antes de Setembro de 2003. Por sua vez, Kumba Yahá que dirigiu a Guiné Bissau de 2000 a 2003 também está proibido de exercer actividades políticas até 2008, de acordo com a Carta de Transição adoptada após o seu derrube, a amnistia anula o acto pelo qual renunciou ao poder e aceitou não ser elegível durante cinco anos. Os dois ex-Chefes de Estado apresentaram, portanto as suas candidaturas à eleição presidencial.

99. Num total de 21 candidatos, o Tribunal Supremo validou 14 e rejeitou 7. Das candidaturas aceites fazem parte as dos ex-Presidente Vieira e Kumba Yalá, Presidente da República Interino de Maio de 1999 a 2000, Malan Bacai Sanhá, candidato do PAIGC. Três dos candidatos que fizeram recurso junto do Tribunal Supremo foram aceites, dos quais o ex-Primeiro-Ministro Fadul. Definitivamente, 17 candidatos disputarão a eleição presidencial.

100. Sob uma calma aparente, reina uma tensão, em consequência dos motins de 6 de Outubro de 2004, agravada neste período eleitoral por inúmeros eventos, nomeadamente a desintegração dos partidos políticos, as candidaturas controversas de Nino Vieira e Kumba Yala, a declaração feita aos 15 de Maio de 2005 por Kumba Yala reivindicando a sua legitimidade como Presidente da República e apelando o adiamento da eleição presidencial, e a sua tentativa de ocupar o Palácio Presidencial, assim como a sua tentativa de ocupar o Palácio Presidencial na noite de 24 para 25 de Maio, com a ajuda de um grupo de militares.

101. Convido os partidos e os responsáveis políticos guineenses a darem provas de maturidade e de sentido de responsabilidade e a trabalharem para a consolidação da democracia. A UA continuará a apoiar o processo de paz na Guiné-Bissau, em estreita colaboração com a CEDEAO. Neste quadro, enviei o meu Enviado Especial Francisco Madeira, em Janeiro último para manter um encontro com as partes guineenses e fazer uma avaliação da situação. A missão do meu Enviado Especial concluiu a necessidade de um maior acompanhamento do processo em curso, pela Comissão, incluindo através da abertura de um gabinete de ligação da UA em Bissau. Durante a sua 31ª reunião realizada a 8 de Junho de 2005, o CPS exortou a todos os candidatos à eleição presidencial e aos seus militantes, a absterem-se de qualquer acto susceptível de perturbar o processo eleitoral, a comprometerem-se em aceitar os resultados da eleição e a analisarem toda a queixa que for feita de acordo com os mecanismos previstos para este efeito. Ao mesmo tempo, o CPS sublinhou a necessidade de a comunidade internacional ajudar todas as partes na Guiné Bissau a promoverem o diálogo político num espírito de diálogo e de união, com vista a reforçar os esforços visando a consolidação da paz, a estabilidade e o desenvolvimento sócio-económico e a facilitar todas as reformas necessárias para a este efeito. Para terminar, o Conselho manifestou o seu apoio ao estabelecimento de um gabinete de ligação da UA na Guiné Bissau e solicitou, para este efeito, que a Comissão a submetesse propostas mais exaustivas.

xii) Togo

102. Após a morte do Presidente Gnassingbé Eyadema aos 5 de Fevereiro de 2005, o CPS reuniu-se aos 7 de Fevereiro e condenou a maneira como a sucessão foi feita no Togo, violando a Constituição togolesa e os instrumentos pertinentes da UA. O conselho encorajou-me a manter um contacto estreito com a CEDEAO e o conjunto dos outros actores em causa, para assegurar uma resposta coerente e firme à mudança anti-constitucional no Togo. Manifestou igualmente a sua determinação, conforme o Artigo 7 (g) do Protocolo relativo à criação do CPS e à Declaração de Lomé, de Julho de 2000 sobre as Mudanças Inconstitucionais de Governo, de impor sanções previstas para este efeito, na ausência de uma acção rápida da parte das autoridades competentes para garantir o restabelecimento da legalidade constitucional. Desde esta data, a UA prestou um apoio constante aos esforços da CEDEAO. A este respeito, ao lado do Presidente Olusegun Obasanjo, Presidente em exercício da UA, participei da Cimeira Extraordinária da CEDEAO, realizada em Niamey aos 9 de Fevereiro de 2005 e nos esforços subsequentes visando engajar as autoridades competentes togolesas a trabalhar, para o restabelecimento rápido da ordem constitucional.

103. Aos 12 de Fevereiro de 2005, emiti um Comunicado no qual condeno a repressão da marcha de protesto organizada pela oposição em Lomé, repressão esta que causou a morte de três pessoas. Aos 17 de Fevereiro, o Presidente Obasanjo recebeu em audiência o Sr. Faure Gnassingbé em Abuja para uma concertação durante a qual o Presidente em exercício solicitou ao Sr. Gnassingbé que tomasse todas as disposições necessárias par o restabelecimento imediato da ordem constitucional.

104. Após o anúncio aos 19 de Fevereiro de 2005, pelo Sr. Gnassingbé, da realização de eleições presidenciais num prazo de 60 dias e da sua decisão de manter no poder, emiti um comunicado no qual recordei a posição de princípio da UA sobre o imperativo de restabelecimento da legalidade constitucional. Aos 20 de Fevereiro de 2005, reafirmei a condenação pela UA da decisão do Sr. Gnassingbé de manter-se no poder e a sua rejeição de toda eleição organizada nas condições enunciadas pelo actual poder. Recordei igualmente a suspensão da participação do Togo nas actividades da UA, até o restabelecimento efectivo da ordem constitucional neste país.

105. Durante a sua 25ª Reunião realizada aos 25 de Fevereiro de 2005, o CPS confirmou a suspensão da participação das autoridades competentes do Togo e dos seus representantes nas actividades de todas as instâncias da UA e solicitou à Comissão que garantisse a implementação escrupulosa desta suspensão.

106. Aquando do anúncio, aos 25 de Fevereiro de 2005, pelo Sr. Gnassingbé, da sua decisão de abandonar o cargo de Presidente da República Togolesa e de respeitar as decisões da Cimeira de Niamey, tomei nota desta demissão e sublinhei a necessidade de um diálogo entre todos os actores políticos para assegurar uma gestão consensual da transição, nomeadamente através da organização de eleições livres, transparentes e abertas a todos.

107. A eleição presidencial teve lugar aos 24 de Abril de 2005. Aos 25 de Abril o Presidente em exercício reuniu Faure Gnassingbé e Gilchrist Olympio em Abuja atenuar as tensões que poderiam degenerar com o anúncio dos resultados. Aos 26 de Abril de 2005, a Comissão Eleitoral Nacional Independente proclamou a vitória de Fauré Gnassingbé com 60, 22% dos sufrágios, seguido por Emmanuel Akitani Bob que obteve 38,19% e Harry Olympio, 0,55%. As manifestações que se seguiram à publicação dos resultados causaram vários feridos e inúmeros mortos. Cerca de 30.000 togoleses fugindo as violências refugiaram-se no Benin e no Gana. Aos 30 de Abril, uma missão conjunta da CEDEAO/UA deslocou-se para Lomé onde manteve um encontro com os representantes do Governo e os da oposição.

108. No prolongamento da mediação do Presidente Obasanjo, a Mini-Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo sobre a situação no Togo que teve lugar em Abuja, na Nigéria aos 19 de Maio de 2005, solicitou a adopção de medidas para o restabelecimento da confiança, a criação de um quadro de diálogo destinado a trazer o país à normalidade e a permitir a formação de um Governo de Unidade Nacional, representando o conjunto da classe política.

109. Durante a sua 30ª Reunião realizada aos 27 de maio de 2005, o CPS lançou um apelo às partes togolesas para que façam prova de moderação e de sentido de compromisso e que implementem medidas para contribuir para a reconciliação nacional, incluindo a criação de condições propícias para a formação de um Governo de Reconciliação Nacional. A este respeito o Conselho apoiou a minha proposta de nomear um Enviado Especial para facilitar o diálogo entre as partes togolesas em estreita colaboração com a CEDEAO e de enviar uma missão de observação para acompanhar a evolução da situação política, da segurança, social e humanitária assim como a dos direitos humanos.

III. CONCLUSÃO

110. Após este resumo da evolução das situações de conflito no Continente, constata-se que progressos foram feitos desde a última sessão do Conselho. Queria prestar homenagem a todos os dirigentes e instituições do Continente que contribuíram para a realização destes progressos. Um maior esforço deve ser feito para consolidar os progressos até agora registados e para ultrapassar as dificuldades encontradas na resolução de outros conflitos.